

Empresa Pioneira de Televisão S.A.

CNPJ/MF nº 59.152.629/0001-08 – NIRE 35.300.197.381

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2025

1. Data, Horário e Local: As 14:00 horas do dia 31 de julho de 2025, na sede social da **Empresa Pioneira de Televisão S.A.** (“**Companhia**”), localizada na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Mário Luchesi, nº 45, Jardim São Paulo, CEP 13570-380. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”), por estar presente a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidência pelo Sr. André Paes de Almeida Coutinho Nogueira e secretariada pelo Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira Neto. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei das S.A.; **(ii)** homologação da redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, no montante de R\$962.895,96 (novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos) sem o cancelamento de ações; **(iii)** a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a redução de capital; **(iv)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações acima. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a única acionista deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **5.1.** Aprovar a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Tendo em vista (i) que a ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2025, que aprovou a redução do capital social da Companhia no montante de até R\$1.163.665,19 (um milhão, cento e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos), foi publicada no jornal Diário Comercial, nas versões impressas e digital, na edição do dia 30 de maio de 2025, página 7 (digital) e página B3 (impresso), que passa a fazer parte do presente instrumento na forma do **Anexo I**, e (ii) que já transcorreu o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da referida ata sem que tenha havido a oposição de credores da Companhia, em conformidade com o artigo 174 da Lei das S.A., aprovar a homologação da redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., no montante de R\$962.895,96 (novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos), sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia, de modo que o capital social da Companhia passa de R\$25.000.579,91 (vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, **para** R\$24.037.683,95 (vinte e quatro milhões, trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos), mantendo-se inalterada a quantidade de ações de emissão da Companhia. **5.2.1.** Consignar que, em virtude da redução de capital aprovada no *item 5.2*, a Companhia entregará à única acionista, a título de restituição de capital, 6.486.262 (seis milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil, duzentas e sessenta e duas) quotas de emissão da **Empresa Pioneira de Rádio Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.035.050/0001-78, com sede na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Mário Luchesi, nº 45, sala 06, Jardim São Paulo, CEP 13570-380 (“**Pioneira de Rádio**”), de titularidade da Companhia, juntamente com o ágio decorrente dessas mesmas quotas, no valor total de R\$1.056.574,98 (um milhão, cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos). **5.3.** Na sequência, aprovar a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a redução do capital social a que se refere o *item 5.2* acima, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$24.037.683,95 (vinte e quatro milhões, trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.” **5.4.** Aprovar que, em razão das alterações aprovadas acima, o Estatuto Social da Companhia, de forma consolidada, passará a vigorar com a redação constante do **Anexo II**. **5.5.** Aprovar a autorização aos administradores da Companhia para que pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora propostas e aprovadas pela acionista da Companhia, bem como todos os atos complementares à efetivação das deliberações acima tomadas, com amplos e gerais poderes para proceder a todos os registros, averbações, comunicações e transferências necessários. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. **Mesa:** André Paes de Almeida Coutinho Nogueira – Presidente; José Bonifácio Coutinho Nogueira Neto – Secretário. Única Acionista: Pioneira Participações S.A. **Confere com a original lavrada em livro próprio da Companhia.** São Carlos, 31 de julho de 2025. **Mesa:** André Paes de Almeida Coutinho Nogueira – Presidente; José Bonifácio Coutinho Nogueira Neto – Secretário. **Anexo II: Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1º.** A Empresa Pioneira de Televisão S.A. é uma sociedade anônima que se rege pelas leis e usos do comércio e por este Estatuto Social. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Mário Luchesi, nº 45, Jardim São Paulo, CEP 13570-380, e poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências e outras dependências em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, conforme deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** A Companhia possui filial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Gutenberg, nº 493, Vila Xavier, CEP 14810-180. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a instalação e exploração de estações radiodifusoras (rádio e televisão), serviços auxiliares de radiodifusão e serviços de telecomunicações de qualquer natureza, de acordo com os atos de outorga de autorizações, permissões ou concessões que venha a obter do órgão competente do Governo Federal ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando autorizadas pelo Poder Concedente. A execução dos serviços de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa, bem como, subsidiariamente, a exploração da publicidade ou propaganda comercial ou institucional. Poderá, ainda, a Companhia exercer atividades vinculadas aos seus objetos, tais como a importação, exploração e a comercialização de programas de rádio e televisão, bem como de filmes e fitas magnéticas, gravadas ou não, e a realização de espetáculos artísticos de qualquer natureza. A participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista é facultada à Companhia como forma de exercer seu objeto social. A Companhia poderá efetuar publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários, prestação de serviços de *merchandising* em rádio e televisão e a criação de campanhas de publicidade de qualquer finalidade, para veiculação em quaisquer tipos de comunicação. Por fim, poderá efetuar atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e de edição de música; atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – do Capital e Ações: Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$24.037.683,95 (vinte e quatro milhões, trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia e poderão ser escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares junto à instituição financeira aprovada pela Assembleia Geral, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o art. 35, § 3º, da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Segundo.** É facultada à Companhia suspender os serviços de transferências e desdobramentos de ações e certificados para atender a determinação da Assembleia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante um mesmo exercício e/ou por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. **Parágrafo Terceiro.** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo Quarto.** Nos termos do art. 222, da Constituição Federal, as ações da Companhia só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Companhia deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, observados os termos da legislação em vigor. **Capítulo III – Acordo de Acionistas: Artigo 6º.** Os acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia, que estabeleçam cláusulas e condições para a alienação de ações de emissão da Companhia, ou displicem o direito de preferência ou regulam o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e por sua administração. **Parágrafo Único.** Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo os referidos acordos tenham sido devidamente averbados no livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral ou o presidente do Conselho de Administração, se houver, conforme o caso, deverá declarar a nulidade de qualquer ato que viole qualquer disposição destes acordos. **Capítulo IV – Das Assembleias Gerais: Artigo 7º.** A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas em lei; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. **Parágrafo Único.** A convocação da Assembleia Geral será feita por qualquer membro do Conselho de Administração e nas demais formas previstas em lei. **Artigo 8º.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, no seu impedimento, por qualquer outro membro do Conselho de Administração, ou, na ausência de Conselheiros, por acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia caberá a indicação de um secretário. **Artigo 9º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por mandatário constituído na forma da lei. **Artigo 10.** As deliberações das Assembleias Gerais, exceto nos casos previstos em lei, neste Estatuto Social ou em acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, serão tomadas pelos votos de acionistas representando a maioria de votos dos presentes, não computados os votos em branco. A aprovação das matérias abaixo relacionadas depende do voto afirmativo de acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto da Companhia: **(i)** o aumento ou redução do capital social da Companhia; **(ii)** permuta de ações de qualquer natureza, resgate, amortização ou recompra de ações, para cancelamento ou para manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Companhia, sejam ou não conversíveis em ações, inclusive, mas não limitado a: a criação e a emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição, opções de compra ou opções de subscrição; **(iii)** a alteração de qualquer dispositivo do Estatuto Social da Companhia que possa restringir ou afetar de forma negativa os direitos assegurados aos Acionistas, na forma deste Estatuto Social e/ou de Acordo de Acionistas da Companhia,

inclusive, mas não limitado a, qualquer alteração que possa restringir ou afetar de forma negativa os direitos de qualquer acionista de modo que o mesmo perca seus direitos de veto previstos neste Estatuto Social e/ou em Acordo de Acionistas da Companhia; **(iv)** a modificação do objeto social da Companhia; **(v)** a cisão, fusão, incorporação da Companhia ou de suas ações por outra sociedade ou de outra sociedade ou das ações de outra sociedade pela Companhia, transformação ou outras formas de reorganização societária envolvendo a Companhia; **(vi)** a liquidação e a dissolução da Companhia, ou cessação do seu estado de liquidação; **(vii)** a alteração na estrutura, composição, funções e/ou atribuições da Diretoria e/ou Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal da Companhia que possa restringir ou afetar de forma negativa direitos assegurados aos acionistas na forma deste Estatuto Social e/ou de Acordo de Acionistas da Companhia; **(viii)** a redução do dividendo mínimo obrigatório, tal como previsto neste Estatuto Social e/ou em Acordo de Acionistas da Companhia, observados os limites da Lei nº 6.404/76; **(ix)** a aprovação de plano de opção de compra de ações da Companhia; **(x)** fixação da remuneração individual ou global, a seu critério, dos administradores da Companhia, nos termos da legislação aplicável e do Artigo 11, parágrafo 2º deste Estatuto Social; **(xi)** a autorização aos administradores da Sociedade para confessar falência, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; **(xii)** a autorização para associações, *joint ventures* e/ou parcerias estratégicas pela Companhia, excetuadas aquelas desenvolvidas no curso normal dos negócios da Companhia; **(xiii)** a constituição de provisões contábeis, excetuadas aquelas recomendadas pelos princípios de contabilidade geralmente aceitos e boas práticas de administração financeira; **(xiv)** a aprovação da constituição de reservas estatutárias previstas no art. 194, reservas de contingência previstas no art. 195 e reservas de lucros a realizar previstas no § 1 do art. 197, todos da Lei nº 6.404/76, de modo que possa restringir ou afetar de forma negativa direitos patrimoniais assegurados aos acionistas na forma deste Estatuto Social e/ou de Acordo de Acionistas da Companhia; **(xv)** a aprovação para contratação, pela Companhia ou por qualquer de suas controladas, como credora ou devedora, de empréstimos ou outras obrigações de qualquer natureza, considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza em um mesmo exercício social, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); **(xvi)** a outorga de fianças, avais ou quaisquer outras garantias prestadas pela Companhia em favor de suas controladas cujo valor seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série operações da mesma natureza realizadas em um mesmo exercício social; **(xvii)** a constituição de controladas e/ou a aquisição, pela Companhia, de participação no capital social de qualquer sociedade, qualquer que seja o seu objeto, inclusive no caso de sociedades cujo objeto social seja similar ao objeto social da Companhia, como previsto em seu Estatuto Social, desde que impliquem desembolso à Companhia de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série operações da mesma natureza realizadas em um mesmo exercício social; **(xviii)** a alienação e/ou oeração, a qualquer título, de participação da Companhia em qualquer de suas controladas, em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série de contratos ou operações da mesma natureza realizados em um mesmo exercício social, exceto nos casos em que a alienação for necessária para a obtenção de recursos substitutivos a um aumento de capital da Companhia; **(xix)** a aquisição, a alienação ou a oeração de bens do ativo permanente da Companhia (exceto participações societárias) em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série de contratos ou operações da mesma natureza realizados em um mesmo exercício social; excetuadas as aquisições para reposição de ativos necessários às atividades da Companhia, de acordo com seu objeto social; **(xx)** a deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários ou distribuição de dividendos e/ou remuneração sobre o capital próprio em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Acordo de Acionistas da Companhia e neste Estatuto Social; e **(xxi)** a aprovação de qualquer das matérias indicadas nos itens (i) a (xx) acima com relação a qualquer controlada da Companhia. **Parágrafo Primeiro.** Os atos e deliberações das sociedades em que a Companhia detenha participação que, segundo os respectivos estatutos sociais, contratos sociais e acordos de acionistas ou quotistas, exijam deliberação dos respectivos sócios ou acionistas em reunião, Assembleia ou outro ato societário, deverão contar com a prévia deliberação e aprovação pela Assembleia Geral da Companhia. **Parágrafo Segundo.** Todos os valores previstos no Artigo 10 acima deverão ser atualizados anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. **Capítulo V – Administração: Seção 1: Normas Gerais: Artigo 11.** A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, que terão as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os membros do Conselho de Administração e da Diretoria dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo Primeiro.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A remuneração poderá ser votada determinando-se verbas individuais, para cada membro, ou verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição a seus membros. **Seção 2: Conselho de Administração: Artigo 12.** A Companhia terá um Conselho de Administração composto por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 07 (sete) membros efetivos, dos quais um será designado Presidente do Conselho de Administração e um será designado Vice-Presidente, todos acionistas ou não da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Conselheiros. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão designados pela Assembleia Geral de Acionistas dentre os Conselheiros por ela eleitos. **Parágrafo Primeiro.** Em caso de impedimento temporário ou ausência, o membro temporariamente impedido ou ausente poderá (a) nomear qualquer outro membro do Conselho como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação; (b) enviar seu voto por escrito ao Presidente da reunião antes da sua instalação, via correio eletrônico (email), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (c) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica conforme Artigo 13, parágrafo 6º abaixo. **Parágrafo Segundo.** No caso de vacância no cargo de Conselheiro, será convocada uma Assembleia Geral, dentro de 20 (vinte) dias a contar da ocorrência da vacância em questão, para nomear um substituto, o qual ocupará o cargo pelo prazo restante do mandato do conselheiro substituído. **Artigo 13.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, podendo realizar reuniões extraordinárias sempre quando seja necessário, mediante convocação escrita feita por qualquer dos conselheiros com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, que será acompanhada da respectiva indicação das matérias que serão objeto de deliberação e quaisquer documentos necessários a estas discussões; ressalvado, no entanto, que no caso de urgência, a referida notificação de convocação, que deverá especificar os motivos da urgência, poderá ser feita com não menos de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da respectiva reunião. As matérias discutidas em qualquer reunião extraordinária serão limitadas ao conteúdo da pauta estabelecida para aquela reunião. A convocação será dispensada caso estejam presentes à reunião todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro.** O *quorum* de instalação das reuniões do Conselho de Administração é o da totalidade dos membros em exercício em primeira convocação, instalando-se, em segunda convocação, com a maioria de seus membros desde que estejam presentes o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros. **Parágrafo Terceiro.** Compete ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do Conselho de Administração ou, na ausência deste, ao Vice-Presidente ou, na falta deste, a quem o Presidente houver indicado. Ao presidente da reunião do Conselho de Administração competirá indicar um secretário. **Parágrafo Quarto.** As reuniões do Conselho de Administração realizar-se-ão na sede social e das mesmas serão lavradas atas no competente livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração. **Parágrafo Quinto.** A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores, bem como aquela destinada a produzir efeitos contra terceiros, deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa, nos termos da lei. **Parágrafo Sexto.** Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, desde que enviem seus votos por escrito via correio eletrônico (email), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que os conselheiros ausentes serão considerados presentes à reunião e esta será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. **Artigo 14.** São de competência do Conselho de Administração, além das matérias determinadas em lei, aquelas previstas neste Estatuto Social, especialmente no Artigo 15 e 16 abaixo. **Artigo 15.** Compete ao Conselho de Administração: (i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (iii) supervisionar e fiscalizar a gestão dos Diretores e os negócios sociais; (iv) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (v) manifestar-se sobre o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício; (vi) eleger e destituir os Diretores da Companhia, bem como definir os poderes e atribuições da Diretoria, observadas as disposições aplicáveis do presente Estatuto Social; (vii) aprovar o plano anual de negócios com orçamento operacional e de investimentos da Companhia e de suas controladas, e qualquer de suas alterações, bem como aprovação de quaisquer novos investimentos em projetos de qualquer natureza que não aqueles previstos nos aludidos planos e orçamentos; (viii) aprovar regulamentos do Conselho de Administração, conforme o caso, para adequação das regras de composição e funcionamento do Conselho de Administração da Companhia, com vistas à adoção das melhores práticas de governança corporativa que, à época, estiverem em vigor, compreendendo, entre outras, a formação e regulamentação de comitês do Conselho; (ix) aprovar a política salarial e plano de carreira da Companhia; (x) propor a destinação do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários; (xi) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia, nos termos do Artigo 11, parágrafo 2º deste Estatuto Social; e (xii) deliberar sobre a aprovação para contratação, alteração, renovação ou rescisão pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de contratos de programação/convenção comercial para transmissão de programação audiovisual, radiofônica e/ou mídia digital. **Artigo 16.** A prática de qualquer ato pela Diretoria com relação às matérias abaixo elencadas dependerá da prévia e expressa aprovação da maioria dos membros

do Conselho de Administração da Companhia: **(i)** a aprovação para contratação, pela Companhia ou por qualquer de suas controladas, como credora ou devedora, de empréstimos ou outras obrigações de qualquer natureza, considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza em um mesmo exercício social, em valor superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); **(ii)** a outorga de fianças, avais ou quaisquer outras garantias prestadas pela Companhia em favor de suas controladas cujo valor seja até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série operações da mesma natureza realizadas em um mesmo exercício social; **(iii)** a constituição de controladas e/ou a aquisição, pela Companhia, de participação no capital social de qualquer sociedade, qualquer que seja o seu objeto, inclusive no caso de sociedades cujo objeto social seja similar ao objeto social da Companhia, como previsto em seu Estatuto Social, desde que impliquem desembolso à Companhia do valor de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série operações da mesma natureza realizadas em um mesmo exercício social; **(iv)** a alienação e/ou oeração, a qualquer título, de participação da Companhia em qualquer de suas controladas, no valor de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série de contratos ou operações da mesma natureza realizados em um mesmo exercício social; exceto nos casos em que a alienação for necessária para a obtenção de recursos substitutivos a um aumento de capital da Companhia; **(v)** a aquisição, a alienação ou a oeração de bens do ativo permanente da Companhia (exceto participações societárias) em valor superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série de contratos ou operações da mesma natureza realizados em um mesmo exercício social; excetuadas as aquisições para reposição de ativos necessários às atividades da Companhia, de acordo com seu objeto social; **(vi)** a aprovação de propostas de recompra, resgate e/ou amortização de ações, bem como de posterior alienação de ações da Companhia em tesouraria, se não realizada de forma proporcional à participação de cada um dos acionistas no capital social da Companhia; **(vii)** a aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, com: (vii.a) qualquer acionista da Companhia ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que, direta ou indiretamente, controle ou seja controlada por, ou que esteja sob controle comum de qualquer acionista da Companhia; ou (vii.b) qualquer dos Conselheiros da Companhia ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que, direta ou indiretamente, controle ou seja controlada por, ou que esteja sob controle comum de qualquer Conselheiro da Companhia; **(viii)** a contratação, pela Companhia e/ou por suas controladas, de empresa de auditoria independente, que deverá ser escolhida entre aquelas de notória reputação; **(ix)** a participação da Companhia em licitações ou concorrências públicas de qualquer natureza, bem como a aquisição, solicitação, alienação e/ou oeração de concessões ou autorizações governamentais pela Companhia ou qualquer de suas controladas; e **(x)** a aprovação de qualquer das matérias indicadas nos itens (i) a (ix) acima com relação a qualquer controlada da Companhia. **Parágrafo Único.** Todos os valores previstos no Artigo 16 acima deverão ser atualizados anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. **Artigo 17.** O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos de administração e/ou executivos da Companhia. **Parágrafo Único.** Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento. **Seção 3: Diretoria: Artigo 18.** A Diretoria será composta por 2 (dois) Diretores sem designação específica, ambos pessoas naturais, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro.** O prazo de mandato de cada Diretor será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos. **Artigo 19.** No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer Diretor, este deverá ser substituído internamente por quem tiver sido indicado pelo Diretor ausente. **Artigo 20.** No caso de vacância no cargo de Diretor, será convocada uma reunião do Conselho de Administração, dentro de 20 (vinte) dias a contar da ocorrência da vacância em questão, para nomear um substituto, o qual ocupará o cargo pelo prazo restante do mandato do Diretor substituído. **Artigo 21.** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, sempre que os interesses sociais o exigirem. A convocação será dispensada caso estejam presentes à reunião todos os membros da Diretoria. **Parágrafo Primeiro.** O *quorum* de instalação das reuniões da Diretoria é o da totalidade de seus membros em exercício. As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da totalidade dos Diretores eleitos. **Parágrafo Segundo.** As reuniões da Diretoria realizar-se-ão na sede social e das mesmas serão lavradas atas no competente livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 22.** Compete aos Diretores: (i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia; (ii) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração; (iii) administrar e gerir os negócios sociais; (iv) elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício; (v) criar ou extinguir cargos, admitir e demitir empregados e fixar os níveis de remuneração pessoal, observada a competência da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (vi) observadas as competências da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e o disposto nos artigos deste Estatuto Social, transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, hipotecar, empenhar ou de qualquer forma onerar bens móveis ou imóveis e conceder garantias assinando os respectivos termos e contratos; e (vii) praticar outros atos que venham a ser determinados expressamente pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração. **Artigo 23.** Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria fixadas pelo presente Estatuto Social e em lei, compete especialmente a qualquer dos Diretores convocar e presidir as reuniões de Diretoria, bem como planejar e coordenar todas as atividades da Companhia, exercendo funções executivas. **Artigo 24.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como a prática de qualquer ato pela Diretoria dependerá da assinatura (i) dos 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; (ii) de qualquer dos Diretores, agindo isoladamente, nos casos previstos no item “b)” do Parágrafo Primeiro deste Artigo 24, bem como nos casos de representação da Companhia perante quaisquer autoridades certificadoras de identidade digital (tais como, mas sem se limitar, e-CNPJ e NF-e) e demais órgãos públicos que as regulamentam, tal como, mas sem se limitar, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI; (iii) de 02 (dois) procuradores agindo em conjunto; ou (iv) de 01 (um) procurador em conjunto com 01 (um) Diretor, observados os termos dos seus respectivos instrumentos de mandato, ressalvado, em qualquer das hipóteses acima previstas, que a prática de qualquer ato relacionado às matérias previstas nos Artigos 15 e 16 deste Estatuto Social dependerá da prévia e expressa aprovação da maioria dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas pelos Diretores, agindo em conjunto, observado que: (a) com relação à prática dos atos relacionados às matérias referidas nos Artigos 15 e 16 deste Estatuto Social, a outorga do respectivo instrumento de mandato dependerá da prévia aprovação do Conselho de Administração da Companhia; e (b) com relação à outorga de procurações para outorga de poderes da cláusula *ad iudicia* ou para representação da Companhia perante o governo da República Federativa do Brasil ou qualquer subdivisão política do mesmo, que em nível federal, estadual ou municipal, ou qualquer agência, departamento ou órgão de tal governo ou de subdivisão política do mesmo, a Companhia poderá ser representada pela assinatura isolada de qualquer dos Diretores ou do(s) Procurador(es) nomeado(s) por ele(s). Os instrumentos de mandato deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais ou para defesa em processos administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **Parágrafo Segundo.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos acionistas, procuradores ou empregados que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhas aos objetos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto controladas nos termos deste Estatuto. **Capítulo VI – Conselho Fiscal: Artigo 25.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, o qual funcionará em caráter não permanente. **Parágrafo Primeiro.** O Conselho Fiscal será eleito pela Assembleia Geral nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, observado o disposto na lei, admitida a reeleição. **Parágrafo Segundo.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, bem como a sua competência, deveres e responsabilidades obedecerão ao disposto em lei. **Capítulo VII – Exercício Social e Distribuição de Lucros: Artigo 26.** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 27.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria deverá elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela lei, que compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Artigo 28.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **Artigo 29.** Do lucro líquido do exercício, apurado na forma do Artigo anterior, destinar-se-á: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no art. 193, § 1º, da Lei nº 6.404/76; e (ii) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o item (i) deste Artigo e ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas detentores de ações ordinárias. **Artigo 30.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 31.** A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos maiores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados. **Parágrafo Primeiro.** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser distribuídos dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Segundo.** Os dividendos atribuídos na forma do *caput* deste Artigo 31 e do parágrafo anterior constituirão antecipação do dividendo obrigatório. **Artigo 32.** A Companhia poderá também fazer pagamento de juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais. **Capítulo VIII – Liquidação, Dissolução e Extinção da Companhia: Artigo 33.** A Companhia entrará em liquidação, dissolução e extinção nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação e elegerá o liquidante e, se pedido por acionistas, na forma e casos de lei, instalará o Conselho Fiscal, para o período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 348.480/25-8 em 03/10/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/02/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

